

# 8 de janeiro: teste de maturidade institucional do Brasil para a defesa da democracia

José Geraldo de Sousa Junior

Ex-reitor da Universidade de Brasília (2008-2012), membro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Brasília e membro benemérito do Instituto dos Advogados Brasileiros

Os quatro pilares da Justiça de Transição são direito à memória e à verdade; reparação; responsabilização penal; e reforma das instituições de segurança. À luz desses elementos, o que não se pode perder de vista é que a Justiça Transicional admite, sim, reconciliação, mas implica necessariamente não só processar os perpetradores dos crimes, revelar a verdade sobre os delitos, conceder reparações, materiais e simbólicas às vítimas, mas também reformar e ressignificar as instituições responsáveis pelos abusos e educar para a democracia, a cidadania, os direitos humanos e para a não repetição desses atentados.

Cuidei desses fundamentos ao co-organizar o livro *O direito achado na rua: introdução crítica à Justiça de Transição na América Latina*, que pode ser conferido em [https://www.gov.br/mj/pt-br/central-de-conteudo\\_legado1/anistia/anexos/direito-achado-na-rua-vol-7.pdf](https://www.gov.br/mj/pt-br/central-de-conteudo_legado1/anistia/anexos/direito-achado-na-rua-vol-7.pdf). E não posso deixar de considerá-los em face da grande mobilização, tanto de ativistas quanto de personalidades, no transcurso de um ano dos dramáticos acontecimentos que atentaram contra a Constituição, as instituições e a democracia brasileiras.

Numa virulência — que me permite resgatar o que anotei em artigo para o livro *Democracia: da crise à ruptura. Jogos de armar: reflexões para a ação* —, sugerindo o passo em que o Estado de

Direito Democrático se converte em Estado Democrático de Direita. Um passo descrito no golpe de Luiz Bonaparte (ironicamente chamado por Marx de o 18 Brumário de Luiz Bonaparte), escancarando situações em que a própria legalidade se torna um estorvo e põe em prática políticas reacionárias e antidemocráticas.

Estou seguro de que tudo que se vivencia no país desde o 8 de janeiro de 2023 deve ser avaliado sob o enfoque da Justiça Transicional. E isso significa estar atento às reiteradas manifestações da Comissão e da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre estabelecer que as disposições de anistia ampla, absoluta e incondicional consagram a impunidade em casos de graves violações dos direitos humanos, pois impossibilitam uma investigação efetiva das violações, a persecução penal e sanção dos responsáveis. A Comissão afirmou que esses crimes têm uma série de características diferenciadas do resto dos crimes, em virtude dos fins e objetivos que perseguem, dentre eles, o conceito da humanidade como vítima, e sua função de garantia de não repetição de atentados contra a democracia e de atrocidades inesquecíveis.

Especificamente sobre o monitoramento que exercita em relação ao Brasil, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), em seu último relatório (2021), ofereceu recomendações sobre ações que tendem a fragilizar e até

extinguir esse sistema, como o enfraquecimento dos espaços de participação democrática, indicando, entre as recomendações, a necessidade de “investigar, processar e, se determinada a responsabilidade penal, sancionar os autores de graves violações aos direitos humanos, abstendo-se de recorrer a figuras como a anistia, o indulto, a prescrição ou outras excludentes inaplicáveis a crimes contra a humanidade”.

Por isso, é relevante comentário do advogado-geral da União, em rede social, afirmando que “todos os golpistas, tantos os que proferiram os ataques in loco no 8 de janeiro, quanto os covardes dos mentores intelectuais, estão sujeitos, na forma da lei, à investigação e à eventual condenação, garantindo a todos o direito de defesa. Difícil entender algumas críticas aos defensores de nossa democracia”. Sua manifestação firme guarda uma contundência que denuncia ações já em curso, inclusive no Legislativo, mas também instigadas em colunas de opinião que não disfarçam uma disposição de cumplicidade. “Sem anistia”, diz o chefe da AGU. E também o dizemos todos e todas que se corresponsabilizam pela construção da democracia.

A iniciativa do **Correio Braziliense** de marcar editorialmente a ocasião e o relevo que atribui aos muitos atos em defesa da democracia confirmam que o Brasil passou no teste de maturidade institucional para a defesa da democracia.



## Resistência democrática: reescrever o 8 de janeiro

» MANUELLA MIRELLA

Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) e estudante de engenharia ambiental

O marco de um ano da tentativa de golpe caminha para adquirir novo significado em nossa história de luta pela democracia. Se em 8 de janeiro de 2023 o Brasil viveu o ápice dos ataques ao Estado Democrático de Direito de um período marcado por fissuras no nosso sistema, hoje, um ano depois, temos a oportunidade de criar uma narrativa para a data impulsionada pelo contexto de união dos setores que marcou os últimos 365 dias, para repudiar e coibir novos ataques. Além disso, é também um marco para reforçar nosso compromisso com a memória e a verdade.

Com manifestações em todo o país neste 8 de janeiro de 2024, o povo brasileiro nas ruas reescreverá um novo capítulo dessa história, como um reforço ao sentimento deste último ano — o de resistência democrática, ampliando a compreensão de que ela é muito mais que um sistema político, mas, sim, um caminho para uma sociedade mais justa.

O 8 de janeiro jamais deve ser esquecido sob o olhar da violência de um projeto obscuro de poder, mas também sob a fragmentação de uma democracia que sofreu fragilidades ao longo de sucessivos ataques na última década, agravados durante o governo Bolsonaro. Ao contar a história da UNE e seus 87 anos de trajetória, é impossível não relacionar a história da resistência democrática brasileira.

Esse acúmulo histórico e de experiência de articulação nos permite também vislumbrar — e atuar — que a união de esforços de setores e poderes é essencial para garantir a normalidade democrática e avançar no seu significado pleno: garantir direitos e oportunidades para todos, acesso à educação, saúde, moradia e trabalho digno, reduzindo desigualdades sociais, raciais e de gênero.

As cicatrizes da nossa democracia em ataque persistem. O 8 de janeiro é a demonstração de uma orquestração que a desinformação e projeto golpista geram a destruição. Mesmo com importantes iniciativas quanto à responsabilização dos ataques e à criação de mecanismos nos Poderes para debater e proteger a democracia, persistem a proliferação dos discursos de ódio, um sistema de alimentação de fake news e sucessivas tentativas de deslegitimar as instituições e criminalizar a atuação das organizações da sociedade civil.

Diante desse cenário, surge a necessidade de um sistema de vigilância permanente para garantir a segurança e a proteção do Estado Democrático de Direito, que perpassa também pela ampliação dos direitos sociais, sobretudo na educação, visando combater a desinformação e ressaltar a importância da democracia.

Precisaremos protagonizar uma intensa disputa na sociedade, melhorando as condições de vida do povo brasileiro e da participação popular nas decisões. Após grandes mobilizações, retomamos o diálogo com o governo para aprovar e

colocar em curso importantes projetos para aprimorar a educação, com o objetivo de avançar em um projeto pela soberania nacional. A mobilização dos estudantes nas ruas trouxe vitórias, como a suspensão da implementação do novo ensino médio, o reajuste nas bolsas da Capes e do CNPq, a retomada de programas de combate à fome, o retorno do Bolsa Família, do programa Mais Médicos, a ampliação do Minha Casa Minha Vida, a revogação do sistema de escolas cívico-militares e a retirada do Fundeb e dos investimentos em ciência e tecnologia do arcabouço fiscal, e a renovação da lei de cotas. Todas essas vitórias são fruto da luta e mobilização popular, visando reconectar o país a um projeto de desenvolvimento. Ainda buscamos ampliar os investimentos em educação, ciência e tecnologia, criando uma base forte e robusta para uma população que valoriza a democracia em seu amplo alcance e significado.

Assim como em outros marcos da história do Brasil, nos combates ao fascismo do passado, à resistência nos anos da ditadura militar, à defesa das Diretas Já até a mobilização intensa contra os ataques do governo Bolsonaro, a UNE se desafia a mobilizar os estudantes brasileiros para combater os discursos antidemocráticos, buscando a soberania e a reconstrução do Brasil. Que esse seja, então, o marco de um recomeço para a mobilização popular a partir de sua da sua mais recente experiência de resistência.

## Palpite infeliz

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF

Journalista ([andregustavo10@terra.com.br](mailto:andregustavo10@terra.com.br))

“Quem é você que não sabe o que diz, meu Deus do céu que palpite infeliz”. Noel Rosa, quem diria, transformou-se em sa-gaz crítico da política e da economia do país. Os bons números apresentados pelo cenário econômico brasileiro tornaram evidente que os profetas do mercado financeiro são, na verdade, palpitesiros que ajustam suas previsões às circunstâncias do momento. No início de 2023, o boletim Focus antecipava que o crescimento do Produto Interno Bruto do país seria de 0,7%. O resultado foi de 2,9%. Um verdadeiro palpite infeliz que se repetiu na previsão da inflação e da cotação do dólar. Tudo errado.

Havia, claramente, uma torcida contra o governo do presidente Lula. E uma desconfiança perceptível em relação ao ministro Fernando Haddad, um scholar que produziu tese sobre a economia nos países comunistas. Na economia planificada, tudo deve ser previsto no projeto anual ou plurianual. Não há que falar em inflação, porque os preços são controlados pelo Estado. Os deficits orçamentários são cobertos por emissão de moeda. E o consumo é controlado pela redução de oferta de produtos. O cidadão tem dinheiro, mas não tem onde gastar. Era comum em Moscou, no tempo do comunismo, o estrangeiro ser assediado na rua para vender sua calça jeans. O pagamento era em dólares.

O cidadão que decidia comprar um veículo pagava as prestações e recebia o carro cinco anos depois, porque o Estado dava preferência ao transporte público. E o automóvel era de péssima qualidade, o melhor exemplo é o Trabant, produzido na Alemanha comunista, que, nas últimas versões, não tinha marcha-ré com objetivo de reduzir seu preço. Hoje, é peça de museu e tem até algum valor histórico. É o exemplo do que não se deve produzir. Não havia moda na época. Houve um período em que o Estado Soviético produziu camisas no estilo chinês de Mao Tsé Tung. Azul-escuro. Mas não tinham botões, porque houve um descasamento entre a produção de um e outro bem.

São exemplos verdadeiros. Os países que orbitavam em torno da União Soviética foram se desmanchando, um a um, quando o Império Soviético parou de enviar dinheiro. Todos, sem exceção, estavam virtualmente falidos. E, pior, endividados em níveis altíssimos com bancos ocidentais. Quem sustentou a República Democrática da Alemanha, no fim de seus dias, foram os bancos da Alemanha Ocidental. São fatos da história. No Brasil recente, o governo Dilma decidiu tolerar um pouco de inflação e gastar o máximo para obter resultados formidáveis no crescimento econômico. A consequência foi inflação pesada, mais de 12% ao ano, e recessão que paralisou o país por dois anos.

O ministro Fernando Haddad surpreendeu ao fazer defesa de medidas ortodoxas na economia. Ele persegue o déficit zero nas contas públicas, para manter a inflação baixa, reduzir as taxas de juros, impulsionar o desenvolvimento e manter o dólar em preço razoável. Seu partido, contudo, não pensa assim. A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, que, não por acaso, foi braço direito da presidente Dilma Rousseff, critica dia sim, dia não, o ministro da Fazenda do governo do próprio partido. O deputado Lindbergh Farias (PT/RJ), vice-líder do governo no Congresso, diz que tentar o déficit zero é burrice. Expressão forte que determina o nível do debate. Haddad, chamado de austericida, se insurgiu contra os companheiros que festejaram os bons números da economia brasileira, mas persistem nas críticas.

Não são as flores do recesso de que nos dizia o saudoso deputado Thales Ramalho, secretário-geral do antigo MDB, um dos articuladores da transição pacífica dos militares para os civis. A desavença entre os companheiros expõe, de maneira clara, o pensamento da direção do PT em relação à economia. Seus integrantes não entenderam ainda nem a globalização. Eles não miram os adversários políticos, mas seus colegas. Atiram para o lado, não para frente. E a antecipação da sucessão presidencial dentro da sigla. Quem será o herdeiro de Lula?

Essas bizarrices ocorrem na semana em que o governo do PT lembra o primeiro ano da vitória contra a violenta tentativa de golpe arquitetado e conduzido por civis e militares para derrubar a frágil democracia brasileira. As sedes dos Três Poderes foram invadidas. O objetivo era a decretação de uma GLO — Garantia da Lei e da Ordem. Os militares assumiriam o governo. Seria difícil retirá-los dos palácios. Mas as forças legalistas se defenderam. Afastaram o golpe e trabalharam para pacificar e reunificar o país. Os golpistas foram presos e condenados. Na jovem democracia brasileira, é um dia para ser celebrado. O resto é esquerdismo adolescente. E palpite infeliz.